

Economistas desaconselham mexer no câmbio

*Alta da inflação e risco
de inadimplência das
empresas estão entre
as desvantagens*

Os economistas descartam a idéia de mexer no câmbio para desvalorizar o real. Os efeitos seriam mais negativos que positivos. Entre os principais impactos estão a alta da inflação e o risco de uma grande inadimplência, pois muitas empresas e pessoas contrairam dívidas em dólar que ficariam automaticamente muito mais caras.

“Basta dar um peteleco nos prazos do crediário”, recomenda o ex-ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. Segundo ele, se o governo optar por regular o ritmo de atividade, não será nada parecido com o que foi usado há dois anos. “Ele não vai aumentar juros nem criar compulsórios exóticos.”

Maílson também não acredita em mudanças na política cambial para reduzir o déficit da balança comercial. Para ele, optar por esse caminho é colocar em risco um elemento essencial do Plano: a âncora cambial.

Marcelo Carvalho, do JP Morgan, e Odair Abate, do Lloyds Bank, não vêem um déficit superior a US\$ 2 bilhões no primeiro bimestre como “resultado fora do esperado” e que complica o quadro externo.

Para Abate, a economia anda em um ritmo superior a 6% e o ideal seria mantê-la em 4%. Ele diz que esse movimento inicial pode perder força por causa dos novos compromissos do orçamento doméstico, como IPTU e mensalidades escolares. Para Abate, a data chave também é o final do primeiro semestre.

Para Carvalho, do Morgan, é melhor que o “remédio amargo” venha este ano. “Quanto mais demorarem as medidas de contenção, maior será o efeito ruim em 1998”, observa ele. “Mas para tomar essa decisão, o governo precisa ter certeza porque os efeitos de fazer ou não fazer a restrição são igualmente importantes.”

Marcelo Allain, economista-chefe do BMC, situa o “tempo” do governo entre dois limites: o inferior é a aprovação da emenda da reeleição pelo Congresso, que deve ocorrer entre março e abril. O superior é a própria eleição de 1998, quando o ambiente econômico precisa ser de baixa inflação e de atividade em crescimento. “Assim, medidas restritivas da demanda não poderiam ser adotadas após o último trimestre de 1997, pois seus efeitos duram no mínimo dois trimestres”, aponta Allain no último boletim mensal do BMC.

■ Colaborou Marcia de Chiara